

# Christian Topalov

por Nicolau Pessanha Gomes

**A transição dos anos 1960 para os anos 1970 foi decisiva para a invenção do *topos* "cidade latino-americana". Agências de planejamento urbano foram criadas em diferentes países da América do Sul, com o objetivo de imprimir uma marcha pacífica, não revolucionária, rumo ao desenvolvimento. Mas, como a imaginação da juventude latino-americana estava tomada pela revolução cubana, as teorias da modernização e do funcionalismo estrutural norte-americano tiveram que conviver com o marxismo acadêmico que começava a circular no subcontinente, inclusive aquele trazido por pesquisadores franceses que iniciavam suas carreiras, como Manuel Castels, que estava trabalhando no Chile, e você, Topalov, que se aproximou do Brasil, não? O que o trouxe para a América Latina e quais são seus principais trabalhos dessa época?**

Acredito que nossos itinerários se inscrevem no coletivo – isso se vê tanto nas nossas vidas privadas, quanto na trajetória das ciências sociais. Vou lhe dar uma resposta na primeira pessoa do singular, mas, na verdade, ela traduz a história de uma geração. Você me pergunta sobre minha relação com a América Latina, da qual não tenho certeza se o Brasil faz parte (risos). Essa relação é fruto do jogo de espelhos pelo qual, às vezes, se criam escolas nas ciências sociais. Um belo dia de 1977, uma professora do Colégio de México, Martha Schteingart, chegou ao meu escritório em Paris. Como muitos de seus colegas, ela própria argentina e refugiada no México, estava interessada no que os pesquisadores latino-americanos viam como “*a escola francesa de sociologia urbana marxista*”. Ela me considerou um representante dessa escola e me convidou para dar aulas na Cidade do México. Mas o que era essa escola? Quando refletimos retrospectivamente sobre ela, é possível perceber o encontro de dois movimentos: o de estudantes radicalizados de 68, dos

quais eu era um, que tomaram diversas variantes do marxismo como ferramentas e bandeiras; e o da rápida expansão do financiamento para pesquisa urbana na França. Foi o encontro desses dois afluentes que deu origem à formação da chamada “*escola francesa de sociologia urbana marxista*”.

Não tínhamos, absolutamente, nenhuma consciência de fazer parte de uma escola. Éramos um grupo de amigos que brigava muito na política (risos). Havia maoístas, comunistas, havia tudo o que você pode imaginar, mas intelectualmente tínhamos pontos em comum. Basicamente dois. Em primeiro lugar, a arrogância de uma nova geração, não muito culta, diga-se de passagem, mas que havia lido um certo número de textos teóricos, que tinha convicções e queria criar algo. Deve-se dizer que a sociologia urbana de então não era muito brilhante. Havia uma *sociologia das necessidades e aspirações*, que foi incorporada por Chombard de Lauwe<sup>1</sup>; havia um pensamento bastante radical sobre a cidade, muito filosófico, proposto por Henri Lefebvre; e havia outras tantas variantes, mas a maioria delas, em particular a de Raymond Ledrut, em Tolouse, era uma continuação da tradição representada desde o pós-guerra por Chombard, uma sociologia a serviço do progresso social.

Tais sociólogos estavam convencidos de que, se os planejadores urbanos estivessem dispostos a ouvi-los, as cidades seriam melhores. Essa convicção se devia à existência de um urbanismo bastante poderoso, disciplinar e profissional, que povoou as administrações públicas, de ministérios a autarquias, e desenvolveu um projecto de ordenamento que deu origem a todo o tipo de coisas: as melhores e as piores. Em suma, a geração que nos precedeu defendia uma sociologia que desejava se colocar a serviço do projeto urbanístico – um serviço crítico, sem dúvida, mas, ainda assim, subordinado ao projeto urbanístico. Nós não queríamos isso de forma alguma. Portanto, em segundo lugar, o que nos unia, a despeito de todas as nossas diferenças, era que queríamos uma sociologia da produção capitalista da cidade, uma sociologia crítica. Pensávamos que o que conta não são

---

<sup>1</sup> Paul-Henry Chombart de Lauwe (1913-1998) foi um sociólogo urbano francês, fortemente influenciado pela Escola de Chicago.

os sonhos dos urbanistas, mas sim a máquina de produzir cidades: a indústria, os serviços, a construção civil, o transporte e a ação do Estado que acompanha tudo isso. Devolvemos, então, a pergunta que nos foi feita a quem a fez, isto é, aos financiadores da investigação, afirmando: "*não vamos lhes dizer o que pensam ou querem os cidadãos; não vamos lhes falar daqueles para quem trabalham.*" Isso deu origem a inúmeras obras, produzidas em um período bastante curto, digamos nos dez anos subsequentes a 1968.

### **Manuel Castells fazia parte dessa “quadrilha”?**

Manuel Castells estava implicado. Era, para dizer a verdade, o eixo da relação com a América Latina, já que ele próprio era catalão e tinha ido trabalhar no Chile. Mas também havia Lojkine, Freyssenet, Prêteceille, Magri<sup>2</sup> e muitos outros. Esse grupo foi uma estrela cadente, porque se desfez bem rápido. Como nos tornamos uma “escola”? Isso aconteceu, acredito, no âmbito dos congressos da *International Sociological Association* e seu comitê de pesquisa urbana e regional. Sociólogos, geógrafos, urbanistas radicais, especialmente britânicos e americanos, nos diziam: “*vocês são a escola francesa de sociologia urbana marxista!* (risos). Esse é o jogo de espelhos de que falei anteriormente. Recebemos uma imagem de nós mesmos que finalmente nos convenceu de que éramos o que nos disseram que éramos. Por isso acabei na Cidade do México e aprendi espanhol. Os cursos que dei viraram livro: ***La urbanización capitalista***, que teve um sucesso continental absolutamente incrível (risos), a ponto de ser lido até hoje, mais de 40 anos após sua publicação. <sup>3</sup> Nesse livro eu me fiz testemunha do que os franceses estavam fazendo, não apenas do meu trabalho pessoal. Foi assim que as coisas aconteceram.

### **O livro foi reeditado?**

Não houve reedição, a editora desapareceu. Mas, houve intensa circulação

---

<sup>2</sup> Jean Lojkine (1939-); Michel Freyssenet (1941-2020); Edmond Prêteceille (1940-); Suzana Magri (1944-).

<sup>3</sup> Christian Topalov, ***La urbanización capitalista. Algunos elementos para su análisis***, México: Editorial Edicol, 1979, 186 p.

da obra sob a forma de fotocópias, e, depois, na *web*. Há alguns anos, eu estava em Buenos Aires e um jovem colega muito respeitosamente me trouxe uma fotocópia pedindo uma dedicatória (risos). Não devemos falar aqui da influência francesa, devemos antes pensar sobre as razões pelas quais os investigadores de certos países consideraram útil apostar em determinados recursos culturais para levar a cabo os seus próprios assuntos.

Isso levanta a seguinte questão: qual é o sentido dos “empréstimos” internacionais em ciências sociais? No caso de que estamos falando, os intelectuais radicais da hispano-América usaram autores franceses em um contexto em que a presença norte-americana era muito forte e eles sentiam a necessidade de apoio. Na América de língua espanhola, acredito que ajudamos a legitimar internacionalmente os projetos intelectuais e políticos de estudiosos de esquerda que trabalhavam com cidades. O que é bem interessante é que no Brasil isso não ocorreu da mesma forma. O Topalov, que estudou construtores imobiliários e produção de cidades, seguiu em frente. Mudei de assunto e também mudei meu ponto de vista sobre muitas coisas. Eu tinha começado a trabalhar sobre os reformadores sociais, em particular sobre as origens do urbanismo, que pode ser considerado um aspecto da reforma social no final do século XIX e início do século XX.<sup>4</sup> Foi esse trabalho de reforma urbana que interessou colegas brasileiros, principalmente cariocas, como Luiz César de Queiroz Ribeiro, do IPPUR- Instituto de Pesquisa e Planejamento Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalhamos juntos, fizemos conferências, dei muitos cursos. Meu trabalho sobre *Palavras da cidade* interessou a Licia Valladares, Margareth Pereira e Stella Bresciani. Ele foi aninhado em Campinas, e organizou a rede brasileira que colaborou naquele programa de pesquisa<sup>5</sup>.

## **O marxismo que floresceu na década de 1970 era de linhagem**

---

<sup>4</sup> Christian Topalov (dir.), *Laboratoires du nouveau siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France (1880-1914)*, Paris: Editions de l' École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1999, 574 p.

<sup>5</sup> Christian Topalov, Laurent Coudroy de Lille, Jean-Charles Depaule e Brigitte Marin (dir.), *L'Aventure des mots de la ville*, Paris: R. Laffont (“Bouquins”), 2010, 1491 p.

**althusseriana, muito abstrato, filosófico. E você, por formação ou preferência, seguiu, ao que parece, um caminho diferente, trabalhando com história, mais próximo, portanto, dos marxistas ingleses, como E.P. Thompson, por exemplo, que pensavam as cidades como trabalho de homens e mulheres comuns. Explique um pouco melhor seu ponto de vista... Em uma entrevista que você deu à revista Metrópolis, você declarou que deixou de ser marxista, mas que permaneceu comunista. O que você quis dizer?**

Essa foi a resposta que acabei dando a uma pergunta que me fizeram muitas vezes no Brasil e na Argentina. Como havia várias camadas temporais no meu trabalho, que chegavam sucessivamente a essa região do mundo, as pessoas às vezes esperavam algo que eu não mais lhes proporcionava – e ficavam surpresas. Lembro-me muito bem de uma jovem no final de um curso que dei na UFRJ, que me perguntou: “*mas, enfim, professor, você ainda é marxista?*”. Foi a primeira vez que me perguntaram isso e fiquei muito envergonhado. Nesse dia fui covarde e lhe respondi: “*Senhora, por que essa pergunta é tão importante para você?*”. Não é uma resposta totalmente estúpida, mas ainda insuficiente. A partir daí, comecei a pensar em uma resposta mais elaborada. Daí o “*não sou mais marxista, mas ainda sou comunista*”.

Obrigado por me dar a oportunidade de voltar a isso. A primeira coisa a dizer é que eu não acredito mais na existência de “ismos” em geral, portanto não acredito que exista algo chamado “marxismo”. Nem acredito que exista algo chamado “cristianismo” ou “filosofia”. Você menciona E.P. Thompson, e tal menção é perfeitamente relevante. A pesquisa de Thompson mostra que existem atores sociais que, em determinados momentos e lugares da história, herdaram ferramentas que lhes permitiram pensar o mundo, seu lugar no mundo, a forma como poderiam agir sobre o mundo. Essas ferramentas, eles as transformaram, mexeram com elas, trocaram, fizeram algo com elas. A primazia da ação sobre o que alguns chamam de ideologia me parece absolutamente fundamental. É em um processo desse tipo que certos atores, no século XIX, puderam usar o pensamento de um intelectual, de um burguês alemão refugiado na Inglaterra, para construir o

que chamaram de “*movimento operário*”. O que eles produziram naquela ocasião foi transformado de acordo com os lugares e os tempos. E eu absolutamente não vejo por que alguém poderia presumir uma identidade entre os pensamentos dos primeiros sindicatos alemães que se tornaram social-democratas, ou seja, marxistas, por volta de 1890; o marxismo do Estado soviético; o marxismo da revolução cubana, ou a teologia da libertação, e os marxismos da minha geração na França. São linguagens que se baseiam, em parte, no mesmo *corpus* de textos e que possivelmente optaram por serem chamados pelo mesmo nome, mas que não são idênticos entre si.

Há uma segunda razão pela qual não sou mais “marxista”: não acredito mais que a ciência ou a teoria possam nos fornecer um ponto de vista abrangente e definitivo sobre o mundo social. Por outro lado, sou um pesquisador, é o meu trabalho. Acredito nas ciências sociais como as cultivamos em nossa tribo: uma ciência feita de questões que mudam ao longo do tempo, composta também de procedimentos regulados que nos permitem descobrir certos aspectos da vida social que não são percebidos imediatamente na experiência prática de todos. Os cientistas desenvolveram procedimentos para produzir conhecimento, mas não afirmo mais que esse conhecimento tem superioridade sobre todos os outros – algo que eu poderia afirmar quando era marxista e, em particular, marxista althusseriano. Aquele marxismo já não dizia: “*o proletariado tem sempre razão*”, mas sim: “*a ruptura epistemológica somos nós*”. Ele se baseou em Bachelard, era um marxismo muito francês; e os marxistas britânicos (mais um marxismo!) imediatamente perceberam o quanto. Dizer que podemos fazer uma distinção entre ciência e não-ciência, entre ciência e ideologia, é uma crença a que não adiro mais. Mas isso, obviamente, não significa que se possa dizer qualquer coisa: não sou relativista. Acredito que podemos concordar com procedimentos que decidam entre afirmações falsas e verdadeiras, mas não podemos validar globalmente uma doutrina científica que supostamente diz a verdade sobre o mundo social. Como a economia ortodoxa, por exemplo.

Além disso, não creio que possamos conceber uma política científica. Uma política científica é um desastre! Essa visão nos veio dos reformadores do

capitalismo, com as políticas de educação do povo através da higiene, do urbanismo ou da organização científica do trabalho, com as teorias racialistas e eugenistas, com a ciência econômica liberal. Queremos definir cientificamente as leis que regem a evolução, a sociedade, as necessidades da população e, então, ajustar a realidade a essas leis. Da mesma forma, agora sabemos que uma política científica que preside a revolução proletária é eminentemente perigosa. Por todas essas razões, não sou mais marxista.

Entretanto, vivemos no mundo real. Estamos tendo uma discussão acadêmica, que acho interessante por sinal, mas no mundo real o que está acontecendo? Uma oligarquia financeira todo-poderosa está transformando a sociedade em um inferno... Portanto, as convicções, ou melhor, a raiva que eu experimentava quando tinha a sua idade não mudaram um centímetro, porque infelizmente as coisas não melhoraram muito, desde então... pelo contrário (risos). Então cuidado. Não quero que o “*não sou mais marxista*” seja entendido como “*passsei para o outro lado da barricada*”. Isso pode soar provocativo, pode ser muito engraçado, afinal, em um país como a França, onde os comunistas evaporaram... ou quase.

**Nas últimas décadas do século XX, os estudos urbanos na França começaram a privilegiar as teorias de ação contra a hegemonia exercida, até então, pelas teorias estruturalistas. Isaac Joseph foi um divulgador do interacionismo de Goffman, e Daniel Cefaï, filósofo, caminha com o pragmatismo norte-americano em sua produção recente. Como você vê o panorama teórico dos estudos urbanos hoje?**

Em primeiro lugar, recusaria de bom grado a ideia de “hegemonia” das teorias estruturalistas. Nós gostamos de simplificar quando falamos sobre o passado, porque torna mais fácil falar sobre o presente. O mesmo vale para a suposta hegemonia do marxismo ou do “pensamento 68” na universidade da época – nada disso era verdade (risos). Havia, é claro, pessoas que se referiam a esse tipo de teoria, mas estavam longe de exercer qualquer forma de monopólio intelectual na universidade. O estruturalismo casado com o marxismo é o marxismo

althusseriano, uma construção teórica muito particular, influente, sem dúvida, no Quartier Latin, e à qual aderi fervorosamente, mas que nunca dominou a ponto de silenciar outras vozes. Esse é um ponto que deve ser firmemente lembrado.

Agora, uma palavra sobre a iniciativa de Isaac Joseph e Yves Grafmeyer. A decisão que tomaram, em 1979, ao publicar os textos do que curiosamente chamaram de ecologia urbana – que é um termo não utilizado nos Estados Unidos – foi de natureza político-intelectual.<sup>6</sup> Tratava-se efetivamente de sacudir todas aquelas pessoas que se referiam às estruturas, e reintroduzir o interesse pelos cidadãos comuns, seus modos de vida, seus modos de pensar, os espaços que criam etc. O alvo, basicamente, éramos nós (risos). E o meio utilizado por Joseph e Grafmeyer foi a importação da “escola de Chicago”. Coloco entre aspas, porque, na verdade, essa maneira de nomear os sociólogos de Chicago na década de 1920 não é nada óbvia. Alguns anos depois, comecei a trabalhar com os arquivos da escola: quem eram aqueles sociólogos? O que eles estavam realmente fazendo? Na década de 1980, ou seja, no exato momento em que esses textos chegavam à França como precursores de uma “antropologia urbana”, houve um questionamento do sintagma “escola de Chicago”, um ponto de virada revisionista, efetuada, primeiro, por historiadores britânicos da sociologia americana, depois, por Andrew Abbott, da própria Chicago.

Uma leitura contextualizada dos arquivos nos ensinaram que Park, Burgess e os demais não tinham dito e feito nada do que diziam ter dito e feito. Percebemos também que sua constituição como “escola” foi uma operação retrospectiva, realizada em várias etapas: primeiro, ao final da década de 1940, por Hughes; depois, no início da década de 1960, por Janowitz, que editou ou reeditou aquele mundinho; e terceiro quando, na década de 1990, Isaac Joseph importou aquela construção para a França, sob o rótulo de uma “segunda escola de Chicago”. A “primeira escola”, por outro lado, se viu redefinida nos Estados Unidos pela incorporação do pragmatismo – sendo adotada, na França, por Daniel Cefaï. Tudo

---

<sup>6</sup> Yves Grafmeyer e Isaac Joseph (dir.), *L'école de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine*, Paris: Editions du Champ Urbain, 1979.

isso é perfeitamente normal, pois em torno da história de uma disciplina há questões tanto historiográficas quanto intelectuais. Escrever essa história não é fácil porque o que você conta depende muito do ponto de vista que você adota, ou seja, do lugar que você ocupa. De qualquer forma, o simples fato de Isaac Joseph e Yves Grafmeyer terem feito essa operação me fez passar, um pouco mais tarde, muito tempo em Chicago (risos).

Mas, a importação de uma certa Chicago e a virada para uma sociologia do cotidiano e seus espaços é apenas um dentre os vários aspectos que caracterizaram a pesquisa urbana na conjuntura dos anos 1980. Outro aspecto foi a mudança nas políticas públicas, simbolizada pela Circular de Guichard, de 1973, a partir da qual se deixou de construir grandes complexos. Em Paris, foram interrompidos dois projetos de rodovias urbanas: a radial Vercingétorix, que levaria à estação de Montparnasse, e a do Canal de Saint-Martin. Essa mudança na política urbana corresponde também a uma transferência de iniciativa para o setor privado e à perda massiva de poder dos engenheiros de pontes – algo conscientemente produzido pelo governo. É absolutamente escandaloso... mas, bem, isso é outro assunto. Além disso, naquela época, havia milhares de pesquisadores sem estatuto, “precarizados”. Eles se puseram em movimento, se disseram enquadrados nos estatutos da investigação pública e quase todos aderiram às ferramentas públicas de planejamento urbano. Como resultado, o financiamento para pesquisas nessa área entrou em colapso. Acabou-se o urbanismo, não se tinha mais dinheiro: fazer etnografia, era mais barato. Nessa configuração, Joseph e Grafmeyer chegaram no momento oportuno. Isso gerou, em torno deles, em Nanterre e Lyon, mas também em outras áreas da sociologia, um trabalho muito interessante. Outros desenvolvimentos, na história urbana, na história da arquitetura e do urbanismo, contribuíram para a vitalidade da área.

**Conte-nos sobre seus projetos atuais, o que podemos esperar de você, em termos de reflexão sobre as cidades, sobre essa forma milenar de organizar a vida planetária.**

Devo dizer que deixei os estudos urbanos como especialidade. Se eu tiver

que falar com você sobre as mudanças no meu trabalho, teremos que sair da sociologia e nos voltarmos para a história. Há aspectos biográficos nessa evolução. Depois do meu investimento na sociologia urbana marxista, depois do meu investimento político no Partido Comunista, depois da vitória da esquerda em 1981 e a união dos socialistas ao liberalismo, depois de Thatcher e Reagan, o mundo que girava em uma direção começou a girar em outra. Eu então me senti disponível para pensar em outras coisas. Tive muita sorte porque conheci, na École des Hautes Etudes e em outros lugares, pessoas que me ofereceram os recursos que me permitiram mudar. Houve Gérard Noiriel, uma figura da história social, que fundou a revista *Genèses*. Particpei daquela aventura e depois acompanhei a revista por muito tempo. Era um projeto intelectual, uma concepção unitária das ciências sociais críticas e reflexivas. Fui alçado ao mesmo tempo a um outro barco. Um geógrafo da École des Hautes Etudes, Marcel Roncayolo, queria criar uma formação doutoral em questões urbanas. Ele recrutou Lepetit porque era historiador da cidade e secretário do jornal *Les Annales*, e eu, que estava de passagem (risos). Gérard Noiriel e *Genèses*, Lepetit e estudos urbanos na EHESS... mergulhei em um banho histórico.

Foi um momento muito emocionante na evolução dessa disciplina, com a sociohistória proposta por Noiriel e a virada crítica proposta por Lepetit como saída para a crise da história econômica e social à moda antiga. Os dois projetos, que nunca se encontraram, tinham traços comuns. Em primeiro lugar, ambos incluíam uma dimensão reflexiva: não se pode pretender falar validamente sobre as coisas se não descrevemos os óculos que usamos para observá-las. Não se tratava de deitar no sofá e contar a vida dizendo: “Fui influenciado por tal experiência ou por tal leitura”, que alguns historiadores chamam de “ego-história”. Não era uma questão individual. Era escrever a história das categorias cognitivas que são o princípio de nossa investigação. Categorias que não são simplesmente formas de pensamento, mas também categorias de ação. Foi uma tentativa de dar conta historicamente da produção das fontes, dos métodos de nossas investigações e sua transcrição, todo o aspecto material da pesquisa; uma tentativa de esclarecer e historicizar nossas categorias aprendidas, mas também as categorias pelas quais os próprios atores

representam o mundo social em que vivem. Começa por se debruçar sobre as palavras, deles e nossas. Essa relação reflexiva com os léxicos faz com que muitos problemas sem saída desapareçam e traga à tona problemas ainda mais interessantes.

Classes sociais não são conceitos a serem discutidos, são meios de dar sentido ao mundo social e de agir sobre ele. Vamos começar ouvindo o que as pessoas estão dizendo e tentar entender a gênese disso. Tome-se a categoria “*middle class*”, nos Estados Unidos. Ela inclui os trabalhadores sindicalizados da indústria automobilística e os “*farmers*” do Centro-Oeste: como se formou essa categorização e oposição com a “*low class*”, os pobres? Essa é uma questão interessante e preliminar para um possível uso acadêmico do termo. Veja “*working class*” na Inglaterra: E.P. Thompson descreveu como ela se formou, inclusive dando a si mesma esse nome. E algumas de suas organizações usaram, a certa altura, o pensamento de um imigrante alemão que estava lendo Ricardo na Biblioteca de Londres. Naquela época e naquele lugar, não havia dúvida: havia uma classe trabalhadora, pois se intitulava e se pensava como tal. A questão se torna mais complexa quando observamos que, em uma dada sociedade, em um determinado momento, há uma pluralidade de formas de classificar e nomear grupos, sejam elas autodescritivas ou heterodescritivas, há batalhas de nomeação que acompanham as lutas sociais. Essa dupla reflexividade sobre as categorias de estudiosos e sobre as categorias de atores que buscamos compreender e descrever, pode agora se basear em uma verdadeira revolução ocorrida na história da estatística. Na França, foram Desrosières e Thévenot que a iniciaram, depois que Boltanski propôs um modelo analítico em seu estudo sobre a gênese da categoria dos “*quadros*”.<sup>7</sup>

Bourdieu desempenhou um papel decisivo ao trazer as categorias para a discussão sociológica, mas foram Boltanski e os novos historiadores da estatística que desdobraram essa problemática nessas categorias semi-acadêmicas, semi-profanas, que formam as nomenclaturas das estatísticas oficiais. Tudo o que acabei

---

<sup>7</sup> Luc Boltanski, *Les cadres. La formation d'un groupe social*, Paris, Minuit, 1982.

de descrever transformou para mim a palavra de ordem da reflexividade em um programa de trabalho empírico: daí minha pesquisa sobre o nascimento do desempregado<sup>8</sup> ou sobre as palavras da cidade. Essa mudança de ponto de vista sobre minha profissão e o programa de pesquisa a ser realizado ocorreu, portanto, em um diálogo com os historiadores mais do que com os sociólogos. Foi também um diálogo com Bourdieu, basicamente, mas indiretamente.

**Os estudos latino-americanos não contêm uma percepção aguda da presença dos negros no mundo urbano da América do Sul. O Brasil, por motivos óbvios, é obrigado a pensar permanentemente sobre isso. O vocabulário das cidades modernas brasileiras também é marcado pela presença de palavras de origem africana, como MOCAMBO, de que trata seu livro.**

José Lira, que escreveu o artigo “Mocambo” em *L’Aventure des mots de la ville*, é um antropólogo notável.<sup>9</sup> Ele mostrou uma coisa importante. Não tanto que o termo *mocambo* veio da região da África, agora chamada Angola, e que significava certas coisas lá e outras coisas em Pernambuco: isso é útil, mas um pouco raso. O que Lira mostrou, sobretudo, é porque, de repente, nos anos 1930, nos interessamos pela origem africana da palavra. Ele destacou o papel dos lexicógrafos na reabilitação de um lugar e de uma palavra que até então conotava sujeira, doença, perigo social nas periferias das cidades do Nordeste. Ao vincular um lugar e uma palavra desprezados a uma origem africana, contribuíram para a reabilitação simbólica da vida popular dos pobres urbanos no Brasil. Uma reabilitação pela etimologia que contribuiu para a folclorização do povo. Foi também um momento de intensa busca pela identidade nacional, que é um problema permanente do Brasil, se bem entendi, mas que no tempo de Getúlio Vargas ganhou particular importância: a afirmação nacional, o questionamento do papel dos intelectuais no novo regime e a reabilitação simbólica dos pobres e da diversidade racial como essência do povo brasileiro. O trabalho desses lexicógrafos,

---

<sup>8</sup> Christian Topalov, *Naissance du chômeur, 1880-1910*, Paris, Albin Michel, 1994, 626 p.

<sup>9</sup> José Lira, “Mocambo”, in *L’Aventure des mots de la ville*, p. 784-788.

aspecto menor de um fenômeno muito amplo, permite refletir sobre os usos da etimologia. Não é importante para entender o significado das palavras, não acredito nisso: o significado das palavras é dado pelos falantes, não por sua suposta origem. Mas é importante para compreender os significados políticos da busca pelas origens da língua nacional.

### **E de repente os lexicógrafos... boas obras de iniciação política?**

Qualquer fenômeno cultural, quando visto criticamente, está engajado na política. Quando nos perguntamos "*esta afirmação, quem a articula? Com que palavras? E por que fazê-la?*", substituímos o registro da crença pelo do pensamento racional crítico. E quando olhamos tudo no mundo social como uma construção histórica, institucional e simbólica, não estamos longe de dizer que o mundo poderia ser diferente do que é, e que os poderosos querem que acreditemos que sempre será. Isso, afinal, é política.